

A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protesto antigoverno¹

Helcimara Telles

Resumo: O objetivo deste artigo será o de realizar algumas reflexões sobre as relações entre a corrupção e os recentes protestos chamados pelos grupos de oposição ao governo da presidente Dilma Rousseff, em 2015. Ele examinará o juízo sobre os partidos políticos, as instituições e os programas deste governo, e a adesão destes manifestantes à democracia, que podem oferecer indícios de uma expansão do pensamento conservador no país. Em seguida, serão apresentadas algumas hipóteses sobre as razões que permitiram que a família ideológica de direita crescesse no país, a partir da combinação entre campanhas personalistas baseadas em valências, piora dos indicadores econômicos, a reduzida institucionalização do sistema partidário e o crescimento do antipetismo. O ensaio discutirá ainda sobre a influência das redes sociais na organização destes protestos, que apenas ecoa porque parcela da opinião pública focada nos setores médios está predisposta a assumir posições ideológicas de direita.

Palavras-chave: Democracia; Corrupção; Direita; Antipetismo; Dilma Rousseff.

¹ Este artigo é uma versão do texto originalmente publicado na Revista Interesse Nacional, em julho de 2015. Agradeço a Renato Janine Ribeiro pela atenta leitura e sugestões à primeira versão, a Roberto Rocha e Marina Siqueira pela intensa participação na pesquisa e organização dos dados e a Fernando Vaz, Diretor da Agência Press, pela parceria para a consecução do trabalho de campo. Os erros são de minha inteira responsabilidade.

Abstract: The purpose of this article will be to carry out some reflections about the relationship between corruption and the recent protests called by opposition groups to the government of President Dilma Rousseff in 2015. It will examine the judgment of the political parties, institutions and programs of this government, and their adherence to democracy, that can provide evidence of an expansion of conservative thought in the country. Then we will present some hypotheses about the reasons that allowed the ideological right family to grow up in the country, from the combination of personalistic campaigns based on valences, worsening economic indicators, reduced institutionalization of the party system and the growth of antipetismo. The text will also discuss the influence of social networks in organizing these protests, which only echoes because portions of public opinion focused on the middle class is predisposed to take ideological positions of right.

Key-words: Democracy; Corruption; Right; Antipetismo; Dilma Rousseff.

Corrupção e Protestos Pós-Eleitorais

Existem evidências de que o pensamento de direita, o antipetismo e a ambiguidade em relação ao apoio à democracia se encontram disseminados entre os manifestantes contra o governo Dilma Rousseff, e que parcelas das camadas médias estão atentas e sensíveis às propostas ideológicas de direita. O posicionamento à direita se expressa numa posição contrária às políticas públicas de inclusão social promovidas pelos governos. As opiniões e as atitudes políticas do público que compareceu aos protestos contra a Presidente Dilma, em 12 de abril, em Belo Horizonte, foram pesquisadas através de um *survey*². Os dados que serão apresentados cobrem apenas esta cidade e não destacam todos os temas associados à direita. Ainda assim, será possível verificar a agenda referente à economia, à moral, além da questão dos direitos sociais.

A principal diferença entre direita e esquerda reside em concepções distintas entre, de um lado a ação individual e a escolha voluntária – destacadas pela direita -, e a ação coletiva, preferida pela esquerda. De uma forma geral, as correntes da direita querem “repensar e propor novos parâmetros para as sociedades capitalistas avançadas frente à crise do Estado de Bem-Estar, seja através da justificativa teórica do anti-igualitarismo ou de propostas de cortes nas políticas de bem-estar social” (ALVES, 2000, p. 189). Os temas que marcam as diferenças entre a direita e a esquerda giram sobre a intervenção estatal na economia e no comportamento social dos indivíduos.

A direita tem uma concepção não-intervencionista na economia, desejando reduzir o Estado de bem-estar e, por este motivo, aceita um mercado sem regulação. No entanto, o tema da pobreza é central, uma vez que para a direita “o aumento da eficiência econômica e a geração da riqueza é prioritário, se for necessário escolher entre isto e a redistribuição de riqueza a favor dos mais pobres. A pobreza é um problema individual, cada um deve buscar melhorar sua renda por meio de trabalho e existe o combate às políticas de cotas e à ação afirmativa” (ALMEIDA, 2001, s/p). Outra *proxy* é a intervenção do Estado no comportamento social: a direita aceita mais intervenção, por isso acolhe menos a descriminalização do aborto e da maconha, a legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo e considera a religião importante para a vida das pessoas.

No Brasil, os quadros políticos à direita geralmente não se assumem como tal e tendem a se apresentarem como liberais, com o objetivo de se distanciarem de uma

² A metodologia e os resultados aqui citados podem ser verificados na web page do Grupo Opinião Pública: https://drive.google.com/file/d/0B1_d2uNS-ZSvLURXdTdISTNLY3M/view?pli=1

velha direita, associada ao período militar. Falar de uma direita no país não significa a referência a um projeto de organização institucional na forma de um partido conservador. Ao contrário, a direita brasileira nunca conseguiu se instituir com êxito em um único partido. Ela é fragmentada e seus quadros disputam eleições proporcionais em múltiplas legendas. A direita se organiza na temporada pós-eleitoral para coordenar as suas ações, a partir da formação de bancadas legislativas, que fazem lobbies por interesses específicos, como a Bancada Ruralista, a Bancada da Bala, a Bancada Evangélica.

Em Belo Horizonte e no restante do país, os protestos foram convocados principalmente por três grupos com face pública nas redes sociais: o “Vem pra Rua”, o “Movimento Brasil Livre”, o “Revoltados *Online*”. Eles foram mais exitosos na capital paulista e mineira, territórios da oposição nas eleições presidenciais de 2014. Uma primeira questão a ser destacada é o forte antipetismo nas mensagens compartilhadas, inclusive nos espaços *off-line*. Outra novidade é a organização não-institucional destes grupos, que não se encontraram liderados por “políticos tradicionais”.

Os manifestantes eram, em sua maioria, indivíduos brancos, com alto grau de escolaridade, renda média superior a 5 salários mínimos, muito interessados na política e usam, especialmente, a Internet para se informar sobre a política. Eles foram convocados a participar através das redes sociais. Apesar da maior parte desconhecer quem eram os líderes das manifestações, eles compartilhavam os conteúdos e atenderam aos chamados dos grupos que atuam *on line*. Além disso, demonstraram pouca confiança nos meios de comunicação³.

Gráfico1: Antipetismo



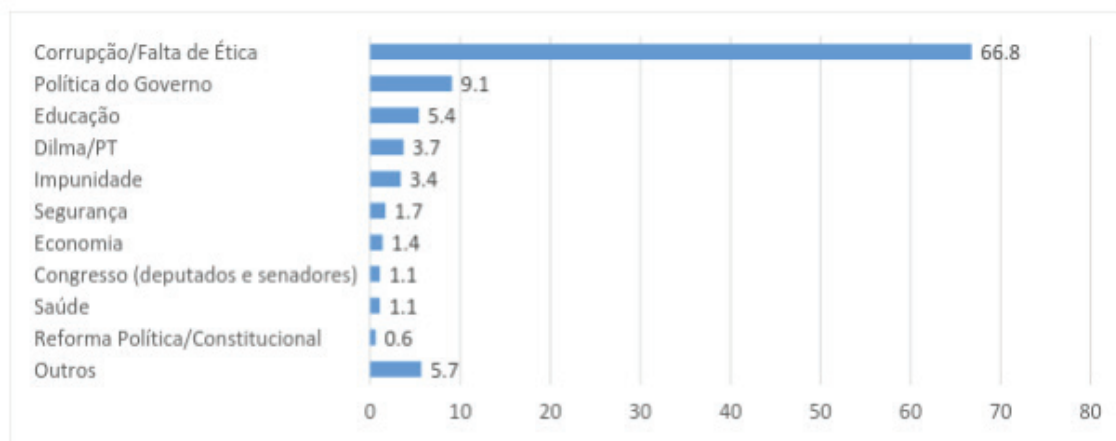
Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

³ A partir desta pesquisa, o Grupo Opinião Pública e o Centro de Convergências em Novas Mídias, ambos da Universidade de Minas Gerais, produziram um vídeo destacando os principais achados da pesquisa. O filme pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=H80gq1pZBNs>

Este público afirmou que se manifestava pela indignação com a corrupção (36%), mas também pela insatisfação com a política (18%) e para pedir a saída da Presidente Dilma e do PT (16%). Contudo, mais do que a corrupção, o tema que mais os conectou foi o antipetismo. Para eles, os principais males do Brasil são atribuídos aos governantes identificados como petistas. 91% declararam que o PT fez um grande mal ao país e 82% deram nota 0 ao PT.

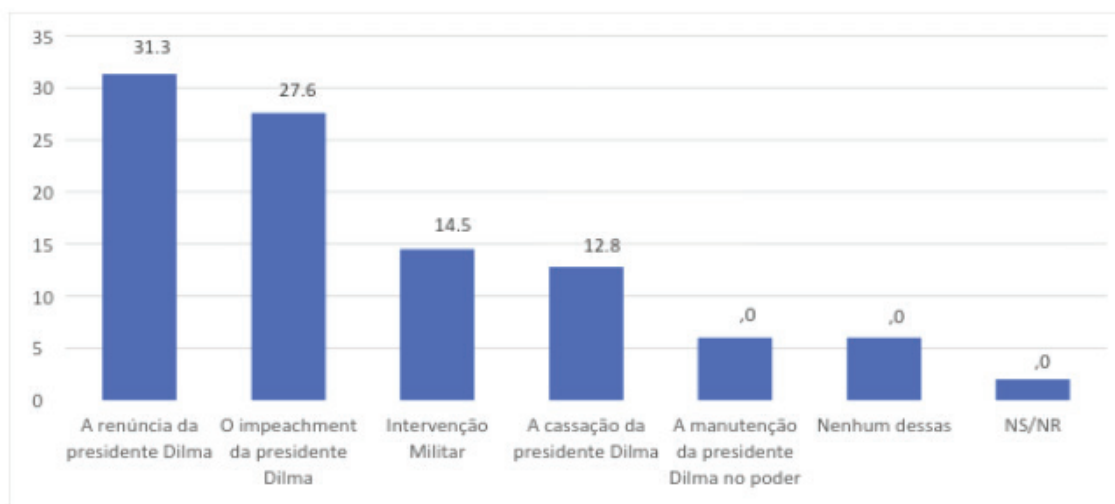
O antipetismo também pode ser encontrado no julgamento que fazem dos seus quadros políticos: 81% consideram que Lula é um dos principais malfeitores do país, 82% concordam que Dilma também é uma das malfeitoras e 24% afirmaram que Jair Bolsonaro, principal líder da direita radical, poderia ser um bom Presidente para o Brasil. Para completar o posicionamento político, quase a totalidade dos que protestavam eram constituídos por eleitores do candidato derrotado à Presidente pelo PSDB, Aécio Neves (81%).

Gráfico 2: Principal problema do país



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Para os participantes dos protestos, o principal problema do país é a corrupção. E, apesar de se pronunciarem insatisfeitos com a piora da economia e com a política, estes temas não estão no centro de suas preocupações e motivações para os protestos: o Congresso Nacional, a Reforma Política e a economia não alcançam juntos 4% das citações sobre os principais problemas do país. E, o petismo se associa à corrupção, quando analisadas as administrações mais corruptas do país, desde o governo militar. 80% dos manifestantes citaram o governo de Dilma ou Lula como os mais corruptos; somente 2,8% mencionaram os governos militares e 1,7% mencionaram a administração de Fernando Henrique Cardoso.

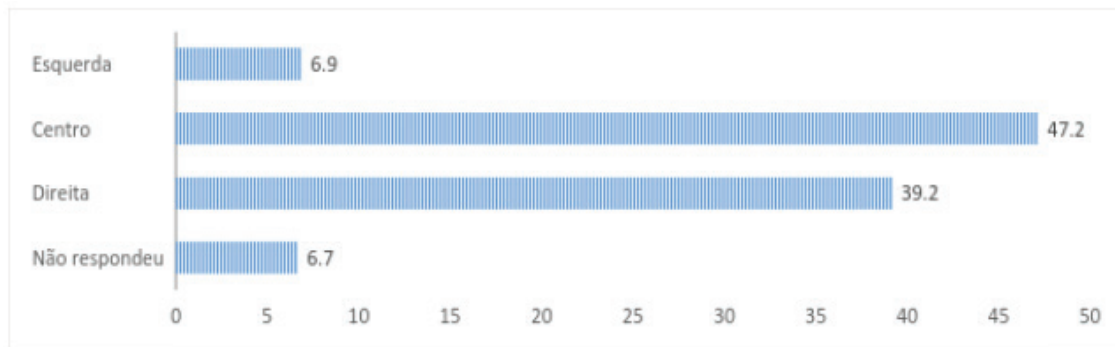
Gráfico 3: O melhor para o país

Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Eles foram às ruas também para pedir pela saída da Presidente Dilma, e estão dispostos a retirá-la do poder, seja pelo uso de medidas legais ou ilegais, como a cassação, o impeachment e, mesmo, pela intervenção militar. Em relação à conjuntura, eles percebem a economia com contornos ruins, mas se observam menos impactados pela piora da economia em sua vida pessoal. Obviamente, são muito pessimistas em relação à administração da Presidente, ainda que quase 1/3 considere que a agenda do governo se assemelhe ao programa que foi proposto durante a campanha pelo candidato do PSDB.

Os manifestantes foram convidados a se situarem em uma escala ideológica de esquerda-direita. Antes de passar aos dados sobre esta posição ideológica dos manifestantes, é importante revelar o perfil médio dos eleitores da cidade. Belo Horizonte sempre foi governada por partidos de centro-esquerda e o Partido dos Trabalhadores – PT-, e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) se revezaram na Prefeitura desde 1993. Contudo, se observou em pesquisas anteriores, que a maioria do eleitorado da capital se posicionava no centro (50%), em seguida à direita (25%) e por último, à esquerda (14%). O Índice de Incentivos Capitalistas, mostrava que os eleitores identificados com partidos à esquerda estavam mais de acordo com a reforma agrária e com o apoio ao Movimento dos Sem-Terra - MST. Já os eleitores do PSDB eram os que mais aderiam tanto à manutenção do *status quo* do regime da propriedade privada quanto aos valores políticos democráticos (TELLES & STORNI, 2011).

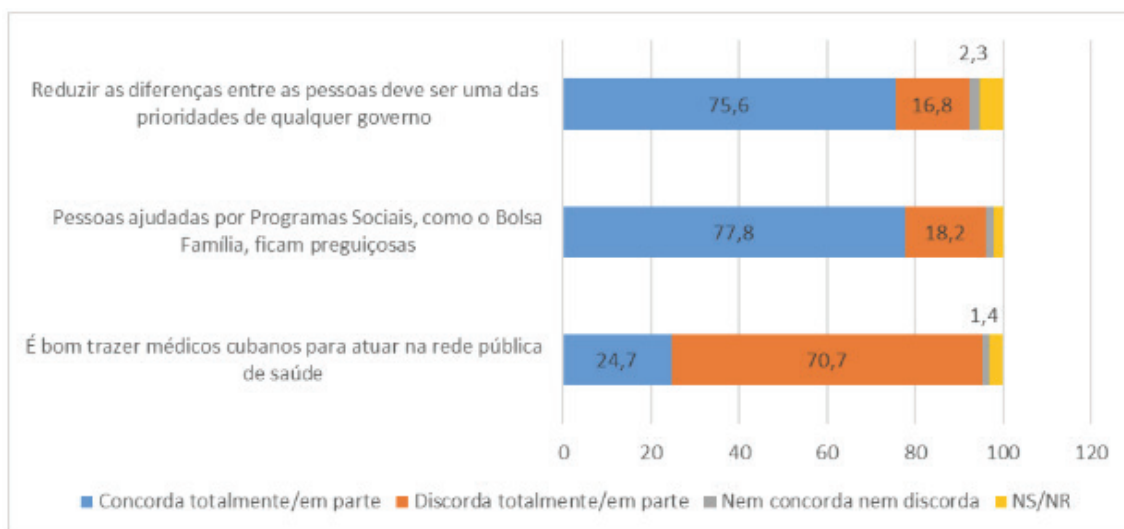
Gráfico 4: Distribuição Ideológica na Escala Esquerda - Direita



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – 12 de abril de 2012

Já a distribuição dos manifestantes os situou ao centro (47%) e à direita (39%) e, neste campo 7,7% se colocaram na extrema-direita. A distribuição à direita entre os manifestantes é maior do que a encontrada na população da capital mineira (25%) e ela podem ser constatadas pelos outros dados coletados sobre a percepção da economia, do mercado e dos direitos. Eles prezam a liberdade individual e econômica, avaliam que os impostos cobrados são muito altos e estão de acordo que o direito à propriedade é fundamental para a sociedade e jamais deve ser ameaçado, o que os leva a serem desfavoráveis ao MST, que querem a redistribuição da propriedade fundiária. Completa este perfil, a crença que a única justiça perfeita é a feita por Deus e se mostram contrários à retirada de símbolos religiosos e crucifixos dos espaços públicos.

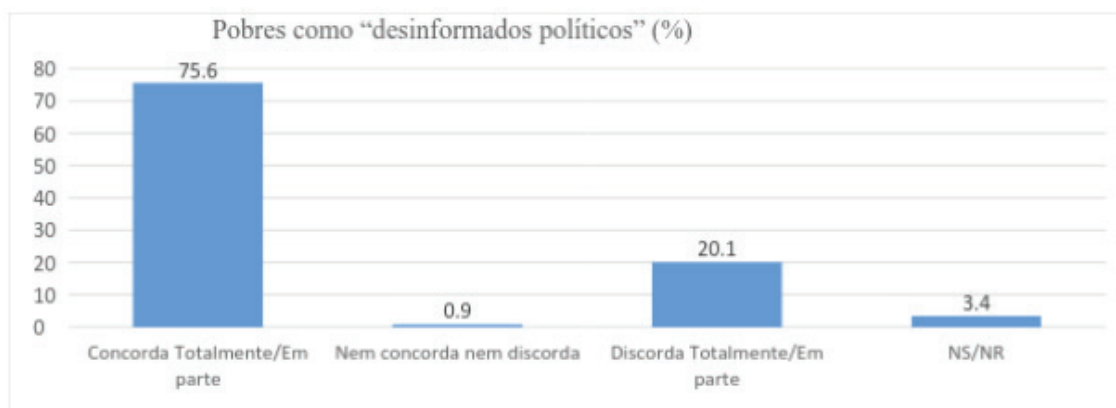
Gráfico 5 – Avaliação de Políticas Inclusivas do Governo Federal



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

O perfil ideológico é acrescido com outros subsídios ao redor dos direitos sociais. Apesar de a maioria concordar com a proposta de que reduzir a diferença entre as pessoas deve ser a prioridade de qualquer governo, comprovaram elevada resistência aos programas relativos à igualdade e expansão dos direitos das minorias. A maior parte discorda das políticas governamentais de inclusão social, tais como o Bolsa Família (77,8%). Eles opinam que pessoas assistidas por programas sociais podem “se tornar mais preguiçosas”. 37% dos que protestavam alegaram que minorias como negros, mulheres e homossexuais têm direitos demais no Brasil e as cotas raciais são contestadas pela maioria, pois 70,1%, declararam que elas deveriam ser eliminadas. A presença de médicos cubanos nos programas de atenção à saúde primária também é reprovada por 70,7%.

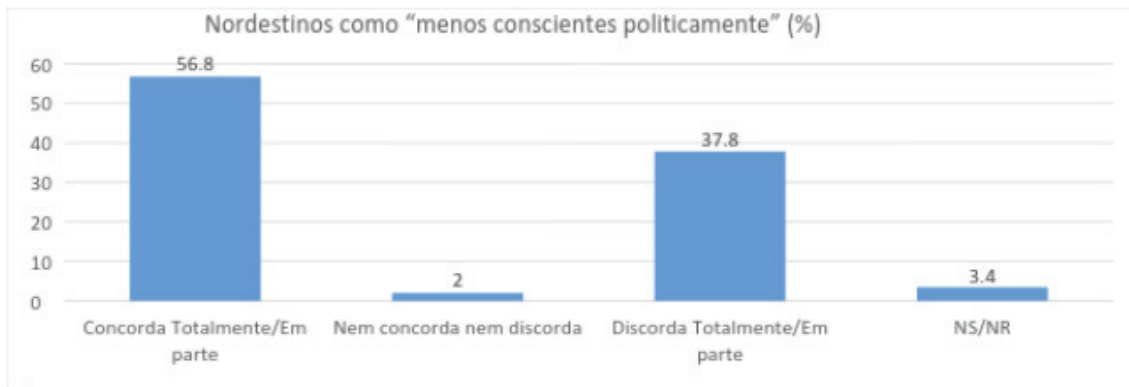
Gráfico 6: Hierarquia social: Percepção sobre os pobres



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Em relação às classes sociais, o grupo demonstrou uma percepção hierarquizada do conhecimento produzido pelas camadas populares e concordância com a superioridade política de seu território em relação a outros espaços: a maior parte (75,6%) declarou que os pobres são desinformados na tomada de suas decisões políticas e que os nordestinos têm menos consciência do voto do que os moradores de outras regiões do país (59,3%).

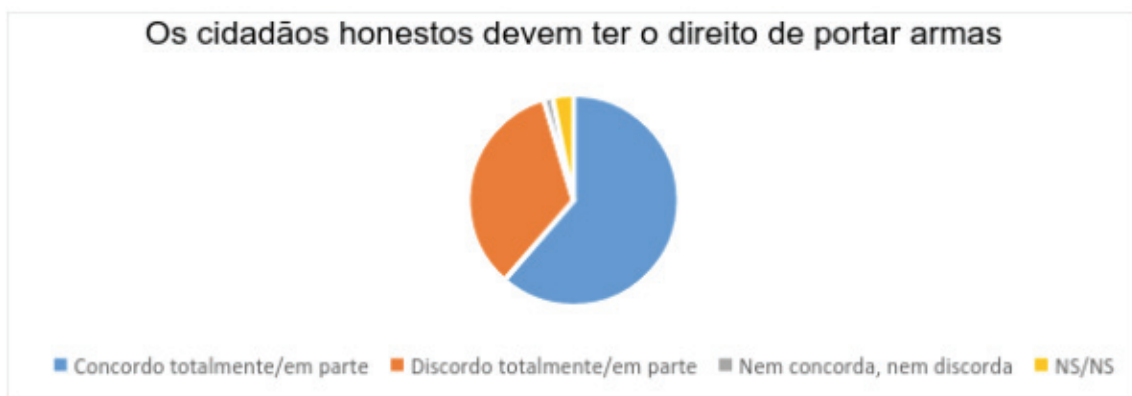
Gráfico 7: Hierarquia territorial: percepção dos nordestinos



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Todavia, aceitam as políticas de punição e têm uma compreensão de segurança pública que castiga aos infratores com métodos que não passam pela socialização. Eles se dividem em relação à pena de morte, mas a maior parte não é favorável à legalização do aborto. Existe uma elevada aceitação ao tema da redução da maioria penal e ao direito dos cidadãos ao porte de armas. A política de drogas também deve ser proibitiva, pois são desfavoráveis à liberação do consumo da maconha. No entanto, os manifestantes aceitam majoritariamente a união entre as pessoas do mesmo sexo e possuem um conceito um pouco mais liberal sobre a constituição da família.

Figura 8 – Opinião sobre a legalização do Porte de Armas



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Democracia: Ambiguidades

Na América Latina, o maior nível de satisfação também com o desempenho do governo aumenta a crença de que os partidos representam eleitores (CORRAL, 2010).

A percepção mais positiva sobre a eficácia do governo tende igualmente a aumentar a intensidade do partidarismo (MORENO, 2014). Estes manifestantes têm péssima avaliação do atual governo e, conseqüentemente, de sua eficácia, o que pode explicar o antipetismo e o anti-partidarismo, visíveis neste grupo. 42% não tem simpatia por nenhuma legenda, e nota-se o profundo desencanto com os partidos políticos em geral. Eles afirmam, em sua maioria, que alguns ou todos os partidos deveriam ser eliminados, para que novos sejam criados, indicando uma negação às legendas atuais. O PSDB, alcançou em uma escala de 0 – 10, notas muito mais positivas que o PT e o PMDB, mas as avaliações destes partidos foram, em geral, bastantes negativas.

A insatisfação com os partidos se traduz numa espécie de democracia no qual cidadãos desconfiados dos agentes institucionais, têm consciência de seus direitos políticos. Os manifestantes eram majoritariamente favoráveis ao direito às manifestações públicas, quando autorizadas. Contudo, idealizam que podem ser representados exclusivamente por governos nos quais tenham dado o seu voto. A noção de direitos políticos, no entanto, não transcende para o âmbito do direito à justiça social, pois, como observado, há forte desagrado com políticas inclusivas para os mais pobres.

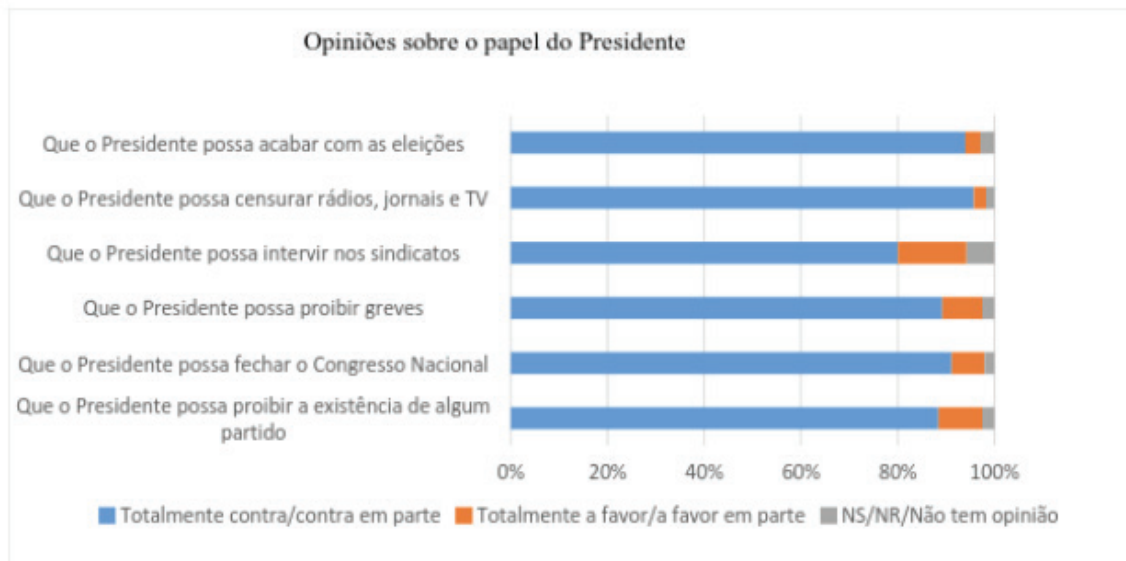
Estudos realizados pelo Programa Nacional das Nações Unidas - PNUD – em 2004, em 18 países da América Latina, revelou que a preferência dos cidadãos pela democracia é relativamente baixa na região. Grande parte dos latino-americanos prefere o desenvolvimento à democracia e, inclusive, retiraria seu apoio a um governo democrático, se ele fosse incapaz de resolver os seus problemas econômicos. A partir de um Índice de Adesão à Democracia – IAD-, a pesquisa encontrou 3 grupos que se distribuem de modo diferente no Mercosul e Chile, nos Países Andinos e na América Central e México: os democratas, os autoritários e os ambivalentes.

Os indivíduos de perfil autoritário opinam que atingir o desenvolvimento do país é uma meta mais importante do que a de preservar a democracia, e não acreditam que a democracia seja indispensável para atingir esse objetivo. Eles se inclinam a preferir a substituição de qualquer tipo de democracia por outro sistema de governo. Os ambivalentes são pessoas com opiniões ambíguas. Eles em geral expressam conceitos delegatórias da democracia; concordam com a democracia, mas julgam que pode ser apropriado decisões não democráticas, se tal caso for exigido pelas circunstâncias.

A princípio, a estimativa negativa sobre os partidos parecia não influenciar a o apoio à democracia, pois os manifestantes declararam que eram desfavoráveis a que o Presidente possa fechar o Congresso Nacional, censurar a imprensa, interferir nos

sindicatos e impedir greves. Neste sentido, têm adesão aos procedimentos democráticos.

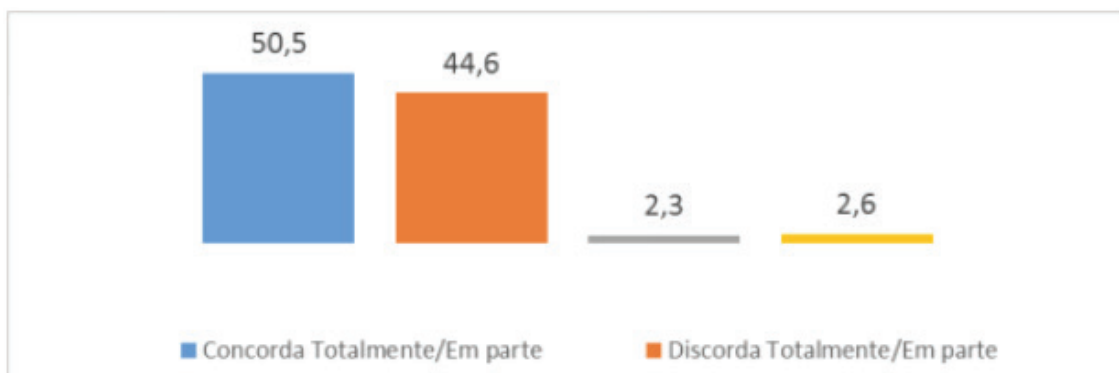
Gráfico 9: Adesão à Democracia



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Contudo, ao serem perguntados sobre a intervenção das Forças Armadas, metade afirmou que “os militares podem ser chamados a tomar o poder, em caso de desordem no país”. De acordo com o modelo proposto pelo Índice de Adesão à Democracia, feito pela pesquisa do PNUD, pelo menos 50% destes manifestantes podem ser classificados como ambivalentes, pois, em algumas condições eles podem aceitar regimes não democráticos.

Gráfico 10: Autoritarismo: Apoio aos militares “em caso de desordem” no país



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Outro traço que aponta para a imprecisão em relação à democracia é o anticomunismo, que remonta à Guerra Fria, e que já foi distinção dos grupos ideologicamente de direita, no período que precedeu à articulação do Golpe Militar no Brasil: os manifestantes acreditam que o país está a caminho de uma *venezualização* e cada vez mais parecido com o regime cubano. A preferência dos Democratas ambivalentes por uma liderança de base democrática, mas com traços que, embora autoritários, introduzam a eficácia na sua gestão, pode ser eventualmente capitalizada pelos adversários da democracia. As seções a seguir apresentarão uma discussão sobre as razões que permitiram a relevância do tema do combate à corrupção na política brasileira e quais as causas para que ela tenha se tornado capaz de mobilizar grupos insatisfeitos com a política. O argumento é o de que a corrupção, atualmente, é uma valência que congrega indivíduos posicionados à direita do espectro ideológico, que se expressam no antipetismo.

A Corrupção nas Campanhas Eleitorais

A corrupção não é indicador de identidade ideológica, tampouco se constitui numa clivagem que reparta os eleitores em dimensões políticas díspares. A condenação da corrupção pode ser interpretada como uma valência. Valências são entendidas como questões neutras e sobre as quais existe consenso, tais como a paz, o desenvolvimento econômico etc. Os partidos e os cidadãos, distribuídos em qualquer ponto de uma escala política, garantem serem contrários à corrupção. Durante as eleições, os representados não necessariamente se posicionam em uma escala unilinear da direita à esquerda; assim, os partidos procuram valências que agreguem os votantes (STOKES, 1963). E, é pela razão dos debates políticos serem esvaziados de ideologia que as valências, tais como o combate à corrupção, adquirem força política. Elas passam a ser centrais nas campanhas eleitorais, ocupam o lugar antes reservado aos conteúdos programáticos e podem definir os resultados das eleições.

Em sociedades com alta volatilidade eleitoral, reduzidos vínculos entre partidos e eleitores e elevado número de independentes, como no caso da brasileira, candidatos que conseguem se integrar positivamente a uma valência, seja por seus atributos funcionais ou pessoais, têm maiores chances de êxito eleitoral. A oportunidade de vitória dependeria, então, menos da ocorrência de proposições políticas diferenciadoras entre os partidos, e mais das suas associações a uma questão conjuntural apoiada pela maioria da opinião pública. A ‘política de valências’ necessita de desenhar um personagem-símbolo, portador

de qualidades tais como a integridade e a competência, que solucione um problema específico. Por isso, neste modelo, o personalismo é uma heurística mais importante que a preferência partidária. A personalidade alegórica ativa o voto e aciona a participação não-convencional.

O personalismo e o uso de valências têm sido frequentes nas últimas campanhas presidenciais brasileiras. O prestígio de Lula foi a principal valência em 2010 e o seu capital político foi pleiteado, inclusive pelos opositores que competiam por um imaginário popular desejoso de um nome que representasse o “terceiro mandato” de Lula. O prestígio do ex-Presidente foi mobilizado no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) para ativar o eleitor *lulista* e convertê-lo em apoiador da candidata petista. O concorrente que se associasse positivamente ao ex-Presidente, aumentaria potencialmente suas chances de vitória, em função da alta confiança depositada nele pelo eleitorado e, também, porque estas eleições se constituíram sob o signo da manutenção do *status quo* – o continuísmo do governo (TELLES & PIRES, 2014; TELLES & RUIZ, 2011). O apelo personalista, o destaque do apoio de Lula e a supressão de citações das siglas partidárias, condicionaram a vitória de Dilma Rousseff (PT), eleita sob denúncias dos grupos de oposição que, como ocorrido em eleições anteriores, destacaram nas campanhas o tema da corrupção, vinculando-a, sobretudo, ao partido do governo – o PT.

A relevância das valências e de uma persona que a representasse não foi diferente nas eleições de 2014. Com a economia crescendo em ritmo mais lento, foram aumentadas a incerteza e as expectativas pessimistas sobre o futuro. Associados a estes fatores, o desgaste provocado por 12 anos de mandato executivo pelo mesmo partido (PT), a cobertura negativa da mídia que, no período de pré-campanha, constantemente responsabilizava a esfera federal pelas obras incompletas e superfaturadas feitas para a Copa do Mundo, e a ausência de Lula como incumbente, facilitaram que a corrupção política adquirisse o estatuto de principal valência organizadora dos debates propostos pelos candidatos oposicionistas. Integrado à redução da maioria penal, a denúncia de corrupção governamental foi a principal mensagem exibida pelos candidatos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em seus programas diários no horário eleitoral, nas redes sociais e nos debates, o candidato Aécio Neves verbalizou a seguinte fórmula para o combate à corrupção: “Fora PT!”, o que condicionava a extinção da corrupção ao afastamento deste partido dos cargos representativos proporcionais e majoritários.

De um lado, Dilma valeu-se do forte capital político de Lula para se eleger Presidente em 2010, quando conquistou seu primeiro mandato. Em sua campanha para

reeleição, ela mostrou a necessidade de continuar o mandato para avançar os “Governos de Lula e Dilma”, optando pela personalização da agenda política. Mas, em função do forte componente anti-petista disseminado pela campanha de seu principal adversário, a mensagem da candidata foi, no segundo turno, adquirindo contornos mais políticos. Ela foi obrigada a introduzir pautas mais à esquerda, como a justiça, a igualdade e a inclusão social, uma vez que a polarização política passou a exigir posicionamentos mais ideológicos, capazes de distingui-la do seu principal concorrente.

Da parte do PSDB, as mensagens foram alinhadas, nas diversas eleições presidenciais disputadas, em torno da suposta corrupção na administração federal, com poucos debates sobre as políticas públicas. Todavia, em 2014, unido ao tema da corrupção, o partido optou por destacar o antipetismo, que passou a ser um elemento central em suas peças e spots de campanha. Para se distinguir do PT, caracterizado como elemento exógeno e perturbador da ordem e dos interesses nacionais, optou-se pelo uso de uma linguagem nacionalista na qual transbordavam imagens e declarações que asseguravam que a missão da nova Presidência a ser eleita seria a de “Devolver o Brasil aos brasileiros”.

O candidato Aécio tentou ser o personagem simbólico do combate à “corrupção promovida pelo PT”, e garantia que ele seria capaz de ‘Livrar o país dos políticos corruptos’. Ele pretendia associar o PT à corrupção e, ao ativar o antipetismo, colocar-se como o personagem-simbólico representante da ética. Por isso, as suas atividades de campanhas convocavam os cidadãos a se mobilizarem em defesa da “Libertação do Brasil”. Diferente do ocorrido em 2010, a corrupção e o antipetismo ecoaram na opinião pública e deram ao PSDB o seu melhor resultado na série histórica das eleições presidenciais, após a vitória de Fernando Henrique Cardoso, em 1998.

As decisões e as percepções do eleitorado são suscetíveis às questões levantadas durante as campanhas políticas. Assim, em janeiro de 2015, os principais problemas do país, citados espontaneamente pelos brasileiros, estavam ligados à saúde (26%) e corrupção (21%)⁴. Mas, quando comparado ao registrado em dezembro de 2014, a indicação da saúde caiu 17 pontos e a dos que mencionaram corrupção cresceu 12 pontos (era de 9%). A população passou a acreditar que os casos de corrupção que envolve os políticos e funcionários vinculados à Petrobras colocavam em risco a estatal e os negócios brasileiros e, para 52% da população, a Presidente Dilma sabia da corrupção na empresa petroleira e permitiu que ocorresse. Concomitante ao tema da corrupção na Petrobrás, a popularidade da Presidente em seu primeiro mês de mandato caiu para somente 23% de aprovação, uma queda brusca, comparando-se ao mês anterior de dezembro, quando a sua avaliação positiva alcançava 42%.

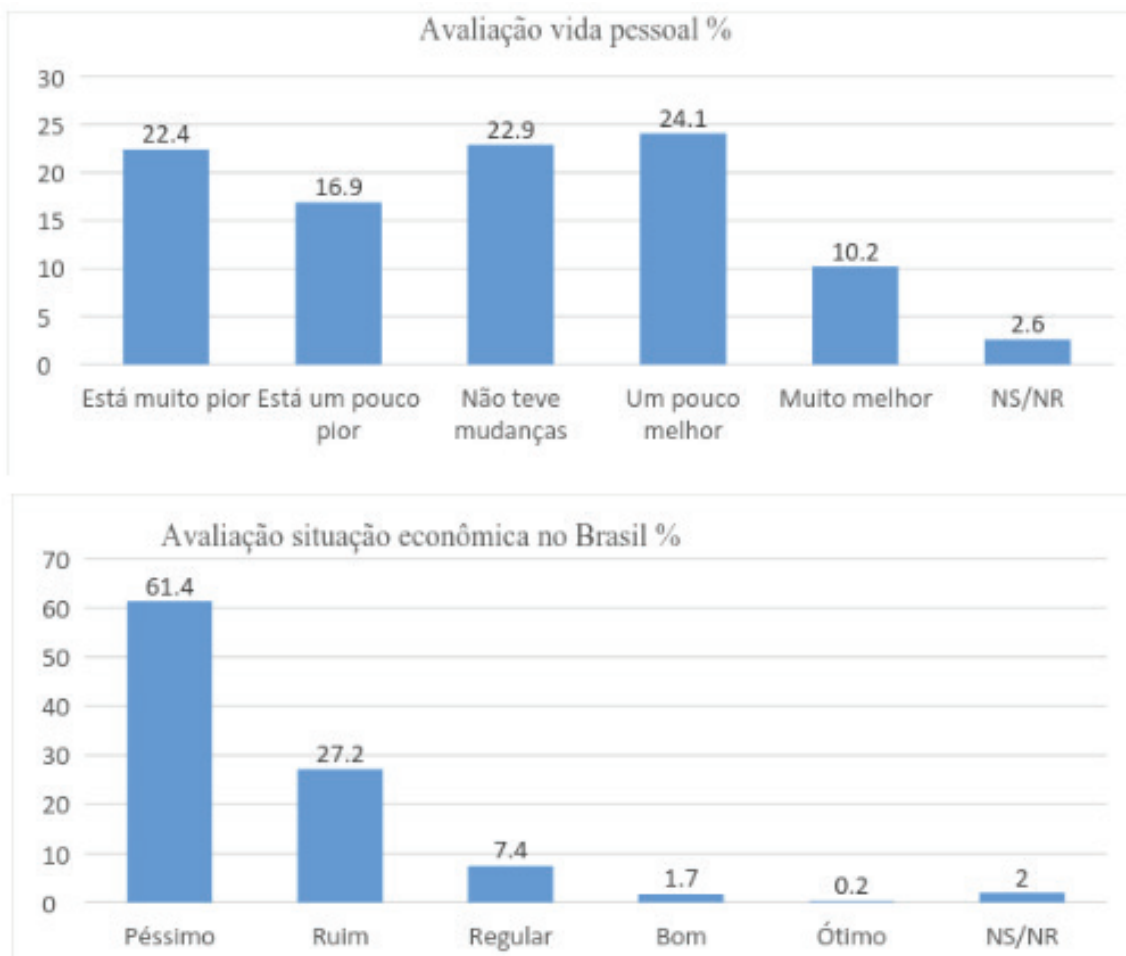
A baixa popularidade da mandatária foi acompanhada de uma expectativa bastante negativa em relação aos indicadores econômicos do país, como a inflação e o desemprego. Do total da população adulta, 81% imaginavam que a inflação iria aumentar e o crescimento do desemprego era esperado por 62%. A maioria (57%) dos brasileiros acreditava que o poder de compra dos salários iria diminuir nos meses seguintes e 55% entendiam que a situação econômica do país iria piorar, valor este que era o dobro do registrado em dezembro de 2014 (Instituto Datafolha, op. cit.).

A retração econômica tende a dilatar a insatisfação popular, dando vazão à intolerância à corrupção, pois os cidadãos se inclinam a responsabilizar a piora de sua situação pessoal aos desvios de recursos públicos promovidos pelo poder público. Em circunstâncias nas quais há uma retração do Produto Interno, seja esta autêntica ou acreditada, os eleitores procuram explicações para o baixo crescimento e podem associar a falta de investimentos do Estado em serviços públicos – que é onde inicialmente se cortam os gastos em períodos de crise –, à recorrência de corrupção por parte dos funcionários públicos e dos políticos. A perspectiva de agravamento do quadro econômico provocou mais dúvidas em relação à competência do gestor público eleito e foi um fator facilitador para a disseminação da crença de que o governo federal, a pessoa do governante e seu partido eram corruptos.

⁴ Instituto Datafolha, janeiro de 2015.

Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587329-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-e-reprovacao-a-petista-dispara.shtml>. Acesso em 01 de junho de 2015.

Gráfico 12 – Avaliação da vida pessoal e da economia



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

O destaque da corrupção foi intensificado nos meses seguintes ao término das eleições presidenciais e, atualmente, além de ser a principal agenda dos grupos de oposição ao governo federal, é assunto dos mais frequentes nas coberturas das mídias tradicionais e alternativas. A exposição permanente deste foco nos enunciados dos líderes oposicionistas e nos meios alargaram os sentimentos dos cidadãos de que o sistema político é o reino da falsificação e do prebendalismo. Se de um lado a piora dos indicadores econômicos produz mais intolerância à corrupção, por sua vez a ampliação da percepção à corrupção se configura como um dos principais motivos para a elevada desconfiança dos cidadãos em relação aos atores do sistema político e das instituições representativas - os partidos políticos, a classe política e o Congresso Nacional.

Neste quadro, que combina perspectiva de crise econômica, em que a própria legitimidade do processo decisório passou a ser questionado pelos líderes da oposição, associado ao intenso volume de notícias que transformaram a corrupção em um escândalo

político midiático, a preferência partidária no país foi drasticamente reduzida a tão somente 25% em janeiro de 2015 (Instituto Datafolha, op. cit.).

Corrupção e *Outsiders*

A legitimidade das democracias ocidentais estabelecidas é cada vez mais dependente do seu desempenho econômico (KLINGEMANN & FUCHS, 1995) e outros estudos concentraram-se mais especificamente sobre a eficácia percebida. Muitos autores sustentam que as avaliações do “desempenho da democracia” são fortemente contaminadas pelo partidarismo. Os cidadãos que apoiam o partido do governo tendem a serem substancialmente mais positivos nas suas avaliações sobre o “o desempenho da democracia”, com a situação política em geral e com a condição da economia, enquanto os apoiadores do partido da oposição tendem a serem mais negativos em todas as três dessas avaliações. Em contraste, atitudes de desafeto político são extremamente duráveis e são empiricamente distintas de apoio democrático e satisfação com o desempenho da democracia (MATTES, 2015).

Nas últimas pesquisas realizadas para aferir a opinião pública brasileira, os partidos passaram a ser mais questionados em relação às suas funções essenciais, como canalizadores ou intermediadores dos interesses das sociedades, e como agentes capacitados para transformar as demandas sociais em estratégias políticas eficientes. As disputas atuais ocorrem mais entre pessoas do que entre partidos e os representantes eleitos se sentem livres em seu mandato, resultando em separação entre a elite política e os representados. Vale dizer que em janeiro de 2015, 75% dos brasileiros afirmaram não possuírem vínculos com os partidos políticos. Pode-se observar nestes valores, indícios de crescimento de um sentimento antipartidário. Os partidos são importantes como organizações de mediação política, mas a democracia representativa tem sido posta em dúvida no Brasil, fazendo com que os cidadãos se interroguem sobre a relevância das organizações partidárias e a sua centralidade

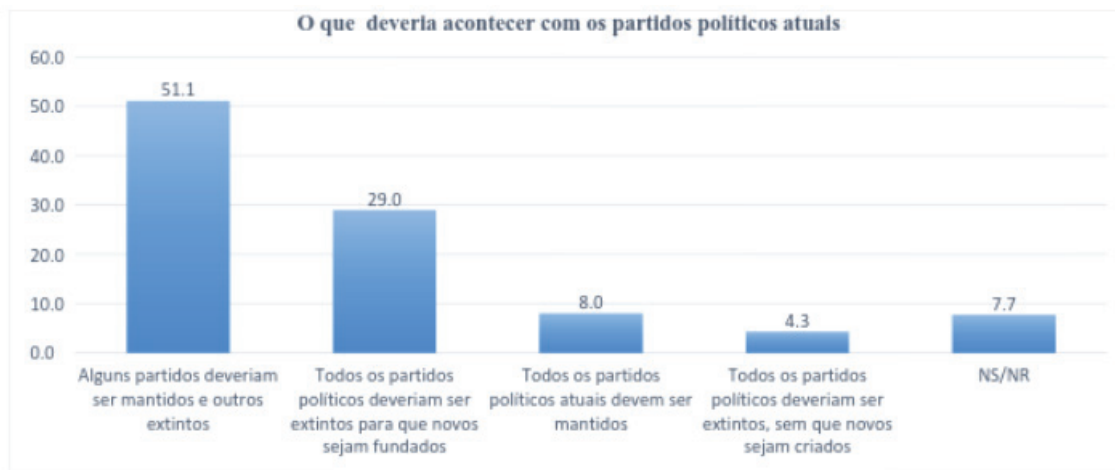
E, da insatisfação com a política e com a economia, por grande parte dos brasileiros, emerge o antipartidarismo reativo. Este significa uma posição crítica adotada pelos cidadãos, como resposta ao descontentamento com as elites partidárias. Os partidos políticos fazem promessas e aumentam as expectativas que os eleitores têm da política. Mas, eles não são capazes de cumprir seus compromissos declarados. Uma vez que as declarações dos partidos e das elites não são preenchidas, aumenta-se a desagrado com

o sistema político. O antipartidarismo reativo é produto do *gap* entre as inconsistências das promessas dos partidos e a alta expectativa que os cidadãos têm sobre a eficácia das instituições e das elites políticas.

Estudando o sul da Europa, Torcal e seus colegas (2007) descobriram que na Espanha, no final dos anos 80 e 90, surgiu um número grande de casos de escândalos de corrupção que afetaram setores do governo e líderes partidários, assim como na Grécia que, até metade dos anos 90, foi movida por escândalos e propostas demagógicas dos líderes. Também a Itália passou por décadas de instabilidade governamental e de imobilismo político, em função da ocorrência de corrupção. Nestes países, a reação à crise política foi o surgimento do antipartidarismo e o conseqüente descrédito nas instituições e na democracia. Este antipartidarismo foi explicado como uma resposta ao fracasso dos partidos, envolvidos em casos de corrupção, mas que antes elevaram as perspectivas dos eleitores ao ponto de não conseguirem desempenhar seus compromissos.

Observa-se, entre estes manifestantes, uma percepção bastante negativa dos atuais partidos brasileiros. Apesar de um número significativo deles terem preferência pelo PSDB, somente 8% acreditavam que todos os partidos atuais deveriam ser mantidos.

Gráfico 13 – Avaliação dos partidos políticos



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

O antipartidarismo reativo e o desagrado com o funcionamento das instituições podem motivar o surgimento de políticos *outsiders*, que são candidatos com estilos e discursos antipartidários, que aspiram à presidência e que participam nas eleições sem o apoio de um importante partido nacional em que tenham desenvolvido suas carreiras políticas fora dos tradicionais canais partidários (CRESPO & GARRIDO,

2008). Os *outsiders* podem chegar ao poder com menos obstáculos em função da baixa institucionalização do sistema partidário e da reduzida identificação com os partidos. Um sistema institucionalizado possui regularidade da competição partidária, estabilidade nas conexões entre partidos e eleitores e a aceitação dos partidos como organizações legítimas. Como foi destacado por Berglund *et al* (2005:107, apud MORENO, 2014), “como a força da identificação partidária está relacionada à estabilidade do apoio partidário, tanto a nível individual como a nível associativo, a evolução do nível de identificação partidária é um indicador da estabilidade do sistema de partidos”. E, quando os sistemas não são estáveis em função do antipartidarismo, os *outsiders* podem organizar a opinião pública ao redor de um tema que lhes seja sensível.

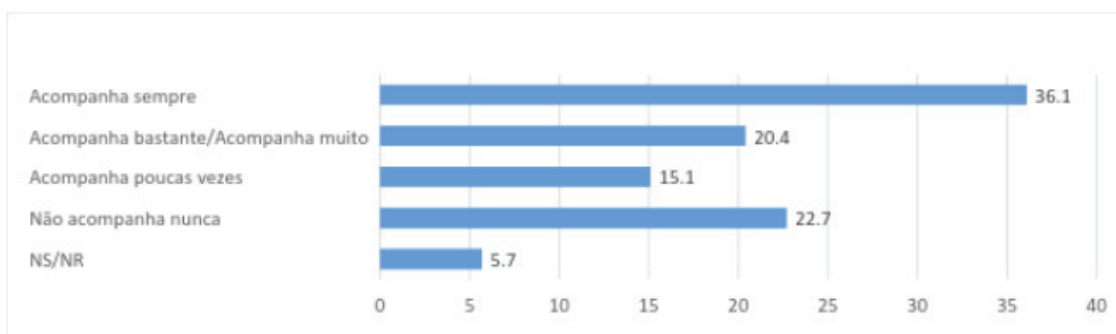
No sistema presidencial, como o brasileiro, o apoio amplo que é necessário ser obtido pelos candidatos, pode fazer com que as ideologias sejam desfeitas e que os líderes se sustentem em bases clientelistas e personalistas. Para obter a maioria dos votos, são levados a selecionar as valências em suas campanhas. Deste modo, quando o uso de valências, tais como a corrupção, ocupam o lugar da política, e os partidos passam a ser apresentados como ilegítimos, pode ser instalado o antipartidarismo reativo. No Brasil, está se disseminando a ideia de que a corrupção é um atributo das elites partidárias e, por esta razão, elas são ineficazes e ilegítimas para exercerem as funções governativa e representativa. E, com isso, a institucionalização do sistema partidário são enfraquecidos, abrindo-se lacunas para o nascimento de *outsiders* e de lideranças neopopulistas.

Os *outsiders* podem assumir um subtipo de populismo, denominado “populismo eleitoral”, que organiza suas clientelas fora dos partidos e das associações, a partir de seus atributos pessoais e de promessas de benefícios coletivos ou individuais. Além de antipolítica, a mensagem neopopulista é polarizadora, antiplural e intolerante e nela prevalece a lógica do “nós contra eles”. No neopopulismo latino-americano, nota-se a presença de um discurso polarizador que “objetiva “destruir” o opositor com sua lógica antiplural e intolerante, uma vez que este transforma a competição, natural da política, em uma luta entre combatentes fora da arena eleitoral (CARNEIRO, 2009, p. 58).

O partidarismo e a legitimidade do processo decisório através das eleições foram postos à prova durante e após as eleições de 2014, sobretudo nas redes sociais. As novas tecnologias, ao permitirem um enorme número de cidadãos interligados, são facilitadores para a participação política não-convencional. Mas, através delas, podem ser reforçados tanto a mobilização cívica quanto o antipartidarismo daqueles cidadãos que são interessados, porém insatisfeitos com a política. Os usuários da Internet que possuem

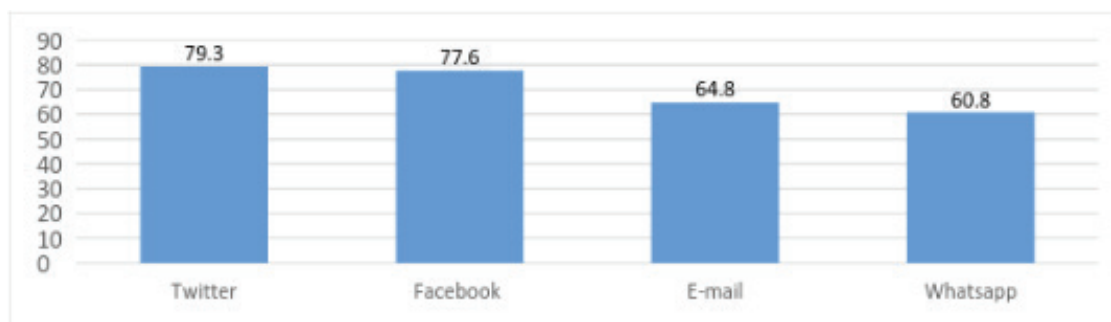
muita atenção política, mas que têm pouco engajamento cívico e desencanto com as instituições, podem ser atraídos por *outsiders*, que ao se comportarem como ‘novos líderes’ que negam o papel das instituições, robustecem o descrédito com a política, sobretudo em democracias com características delegativas, como a brasileira.

Gráfico 14 – Veículos para obtenção de informações sobre as manifestações



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

Gráfico 15 - Redes sociais acessadas

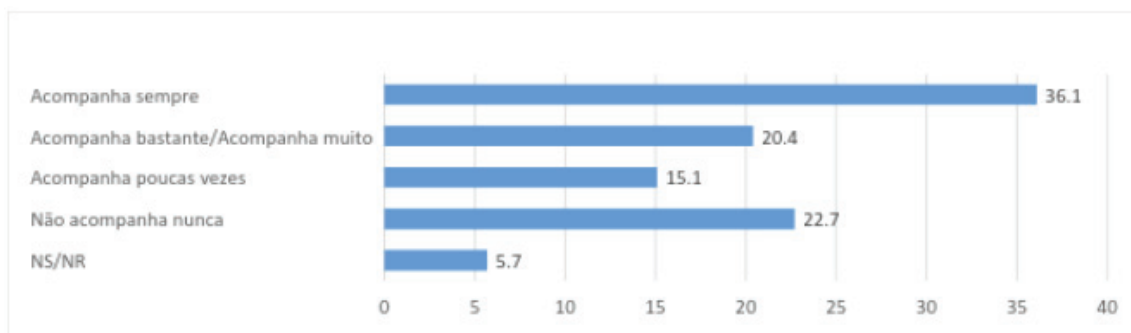


Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

A estratégia informal de grupos de oposição foi a de articular os segmentos insatisfeitos com a política através da internet – que são locais virtuais frequentados por indivíduos de maior escolaridade, mas com predisposição negativa em relação ao governo federal. Estes grupos, que se apresentam como apertidários (ou mesmo contrário aos

partidos) e sem líderes, usaram os *twitters* e os *WhatsApp* para noticiarem fatos e boatos desfavoráveis ao governo e aos políticos. E, foram criados no Facebook, perfis como o Vem Pró Rua, o Movimento Brasil Livre – MBL e o Revoltados *On line*, grupos que se especializaram na divulgação de casos de corrupção, conferidos unicamente à esfera política e, sobretudo, ao partido do governo. Eles também questionaram a credibilidade daquelas pesquisas eleitorais que indicavam a vitória da candidata petista e a segurança das urnas eletrônicas, antes mesmo do final do processo eleitoral. Posteriormente, passaram a protestar sobre a legitimidade dos resultados das urnas.

Gráfico 16: Acompanhamento do Perfil Vem Pra Rua (Facebook)



Fonte: Pesquisa Grupo Opinião Pública – UFMG – 12 de abril de 2015

A consequência desta articulação virtual foi o aumento da percepção da corrupção, a mobilização de usuários das redes para o antipartidarismo reativo e a organização de protestos pela saída da Presidente eleita. De modo que o antipartidarismo das mensagens compartilhadas facilitou a emergência de lideranças com marcas neopopulistas, portadoras de preleções salvacionistas dirigidas aos grupos mais insatisfeitos, como os setores de classe média. Elas dispensam as intermediações e se comunicam diretamente com o “seu povo” através de mídias alternativas, com um discurso polarizado entre corruptos vs éticos, fomentando a intolerância e pregando o combate contra os políticos, sobretudo dos quadros vinculados ao PT.

Conclusões

A principal particularidade deste grupo de manifestantes analisados é, além da crítica aos casos de corrupção, o profundo sentimento contrário ao PT, aos seus líderes e às agendas de inclusão social.⁵ O que mudou entre 2010 a 2014? Por que somente presentemente o tema de corrupção passa a alterar as atitudes dos eleitores, a ser associada como um atributo natural do petismo e a organizar as ruas? Em primeiro lugar, a explicação para os protestos pela saída da Presidente e o antipetismo não decorrem somente da cobertura que a mídia faz casos de corrupção que envolvem o PT. De fato, há parcelas do antipetismo que podem ser explicados como uma reação da opinião pública aos casos de corrupção dos quadros do PT, amplamente divulgados pela mídia. Mas, o sentimento negativo em relação ao PT não é resultante apenas da narrativa da mídia.

Um ponto importante diz respeito ao papel que as mídias têm na formação da opinião pública. A distribuição desigual do público se reflete na agenda da mídia, pois, como todo produto, as notícias também são pensadas para aprazer os seus consumidores. Dessa forma, não é a simples adesão a um veículo que altera a percepção dos cidadãos sobre o governo e a política, pois esses, ao compararem os fatos narrados com a sua realidade podem simplesmente descartar o noticiário (TELLES et al, 2014, p. 18). Contudo, os efeitos de mídia existem, mas influenciam de modo diferente os eleitores, que não são homogêneos. A cobertura política negativa da corrupção tem tido maior peso para alterar as atitudes das classes medias, pois, alguns fatores, como as políticas sociais, a sensação de bem-estar econômico, puderam funcionar como elementos de resistência à cobertura da imprensa, em outros setores da população. Em relação aos protestos, trata-se do fato de que a mídia, mais do que agendar uma pauta, visibiliza e dá voz às disposições, crescentes na opinião pública, de um pensamento ideologicamente à direita. As notícias são geradas para serem consumidas, e pode-se dizer que já existe um mercado político no país à procura de um porta-voz que expresse a ideologia de direita que se traduz pelo antipetismo.

As indagações sobre os efeitos políticos da corrupção são diversas e um ponto atualmente bastante debatido é sobre a capacidade da mídia brasileira para produzir atitudes negativas na opinião pública em relação aos atores políticos ao visibilizar casos de

⁵ A posição política negativa dos manifestantes em relação ao governo federal, aos partidos políticos e o antipetismo, bem como a ambiguidade em relação à democracia pode ser ainda corroborada pelas pesquisas realizadas pela Fundação Perseu Abramo e pelos pesquisadores Jairo Pimentel (USP) e Pablo Ortellado (USP), na cidade de São Paulo, durante os eventos de 15 de março e de 12 de abril.

corrupção (TELLES et al, 2014; MENEGUELLO, 2011; MOISESS, 2010; COIMBRA, 2010). A questão consensual nesta discussão é a de que a mídia é a principal fonte de informação dos brasileiros. ⁶ A primeira hipótese para verificar o papel da mídia sobre as atitudes é a de que a mídia seleciona temas e sugere como eles devem ser interpretados. O julgamento que os eleitores fazem da política decorre não somente dos discursos emitidos pelos partidos e por seus líderes, pois a imprensa tem um papel importante na formação da opinião pública, na medida em que vincula uma agenda e interage com a vida cotidiana das pessoas.

Para avaliar a política, o cidadão necessita de informações e estas são obtidas, sobretudo, pelas notícias sobre política veiculadas nos meios. As impressões constituídas servem para o cidadão formar opiniões sobre as habilidades dos políticos, decidir seu voto e mesmo julgar o sistema político e os partidos. Deste modo, a avaliação da política seria volátil e dependeria da agenda da mídia, pois a relevância dos problemas nacionais depende da exposição aos noticiários. A mídia poderia alterar o interesse dos eleitores, ao repercutir na forma como o Presidente atuará e em como ele será conceituado, pois os meios de comunicação poderiam modificar os critérios utilizados pelos eleitores no julgamento do desempenho do Presidente, dos partidos e dos sistemas políticos.

No entanto, esta hipótese pode ser ponderada. Os sujeitos não são atores isolados e com memória limitada, não são apenas consumidores de informações e atribuem responsabilidade ao governo e aos partidos políticos de acordo com as suas predisposições. Os efeitos da mídia sobre a percepção e a tolerância à corrupção não são homogêneos nem agem sobre todo o eleitorado de igual modo. O tema da corrupção sempre esteve presente nas campanhas *on line* e *offline*, mas o seu enquadramento atingiu de modos diferentes, e em momentos distintos, o eleitorado, pois a avaliação depende também de conceitos prévios sobre os atores políticos.

No entanto, atualmente a corrupção é um tema capaz de agrupar cidadãos, que saíram às ruas protestando e exigindo a saída da Presidente. A explicação para a competência que a questão da corrupção teve para organizar os protestos reside menos na exposição deste assunto nos meios de comunicação e mais no crescimento de um perfil ideológico de direita, desejoso de uma referência negativa ao governo, representação que

⁶ A literatura procura saber em que medida a percepção da corrupção pode se expandir na sociedade a partir do volume de casos expostos nos meios de comunicação. Em seguida, se a ampliação da percepção pode fazer variar - aumentar ou reduzir -, a tolerância à corrupção. Finalmente, se a percepção e intolerância à corrupção tem implicações sobre a legitimidade da democracia. Mas, existem hipóteses alternativas sobre o papel da mídia em relação a sua capacidade de fomentar o antipartidarismo e reduzir a adesão à democracia.

está presente entre os manifestantes que foram as ruas em 12 de abril.

Pesquisadores do LAPOP - Projeto de Opinião Pública da América Latina, da Universidade de Vanderbilt (USA), proporcionaram uma justificativa teórica e empírica para temas como legitimidade política, tolerância política, apoio a uma democracia estável, vitimização da corrupção e etc. Eles encontraram fortes evidências para a região latino-americana, que podem explicar a presença de movimentos no Brasil destituídos de crenças democráticas. Qual a razão para a emergência de intolerância e adesão ao autoritarismo, no país? A explicação, baseada em dados do Barômetro das Américas, já havia sido testada há mais de uma década, quando se encontrou que “uma maior experiência pessoal com a corrupção e avaliações negativas da economia nacional diminuam a possibilidade de uma pessoa preferir a democracia liberal sobre o autoritarismo”. As pessoas que acreditavam que a economia do país estava pior que há um ano atrás tinham menor probabilidade de apoiar a democracia. Os maiores níveis de tolerância e baixas predisposição ao autoritarismo social incrementavam o apoio à democracia liberal.

Portanto, o que parece ter ocorrido à primeira vista e que parece ser surpreendente – a emergência de uma direita mais intolerante -, já havia sido examinado e demonstrado há mais de uma década atrás: a combinação de crise econômica e corrupção promovem as opções por soluções autoritárias e estas, por sua vez, levam à intolerância. O que então está colocado é “como sair” desta crise, uma vez que a operação Lava Jato é a principal agenda do país, que a elevou a escândalo político midiático, combinado com uma economia em retração? A solução seria mais participação e novos partidos? Se depender dos mesmos estudos do LAPOP, há algumas luzes: o movimento “que se vayan todos” (a desconfiança extrema nos partidos) não significaria um rechaço incondicional aos partidos políticos, mas provavelmente somente aos atores contemporâneos do sistema. Economia e corrupção - se a primeira não melhorar e a percepção da segunda piorar -, a tendência é de busca de soluções autoritárias, o aumento da intolerância e desejo de líderes *outsiders*. Em resumo, a saída para a crise pode passar por um “novo líder”, que gere mais confiança no sistema político, consiga melhorar a economia e lide com a corrupção, sem transformá-la num escândalo.

O antipetismo e o antipartidarismo – encontrados entre os manifestantes -, não procedem simplesmente de uma reação à corrupção. Eles são do mesmo modo proveniente da divergência dos participantes dos protestos com os projetos das políticas de redistribuição de investimentos aos grupos mais pobres. O antipetismo se conforma também como resistência de parcelas de cidadãos às políticas de intervenção do Estado

para a promoção de maior igualdade, inclusão social, redistribuição de rendas e expansão dos direitos das minorias, agenciadas pelo governo federal. O filósofo Renato Janine Ribeiro (2014) sustenta que, desde as manifestações de 2013, foram abertas outras agendas democráticas que se concluídas poderão consumir o aperfeiçoamento da democracia brasileira. No entanto, a terceira agenda proposta pelo autor, a de inclusão social, iniciada em 2003, parece que não é compartilhada pelos manifestantes que foram às ruas em abril de 2015.

Um ponto importante é o papel das redes sociais e dos *outsiders* nos protestos. A Direita encontra nas redes sociais um espaço para expandir sua clientela. Esta família ideológica renovou suas estratégias: migraram para os espaços *on line* - onde se localizam setores de alta escolaridade e que desaprovam o governo -, e neles disseminaram intensamente o tema da corrupção, tratando-a como um Escândalo Político Midiático, concentrado sobre o PT e seus políticos. E, como mostrado, os eleitores que foram às ruas protestar obtiveram informações sobre os eventos em perfis das redes coordenados por líderes *outsiders* que compartilhavam mensagens intolerantes e polarizadas.

Os protestos demonstram que novas representações ideológicas emergem, os grupos de Direita têm aprendido a ter visibilidade nas ruas e o PT delas se distanciou. Como também alegado por Eliane Brum, em artigo publicado no Jornal *El País*⁷, o espantoso não é a direita ir às ruas, é a esquerda sair delas. Ou seja, uma direita que, embora tendo votado em Aécio Neves, passa a apresentar um forte antipartidarismo e tomou um espaço desproporcional nas ruas, graças à contrariedade deles com as acertadas políticas públicas de justiça social, graças também aos equívocos políticos do governo e da esquerda. Pelo perfil dos manifestantes traçados nesta pesquisa, pode-se concluir que estamos diante de um fenômeno no qual os grupos de Direita moderada e radical tomaram as ruas e a sua coesão reside no forte antipetismo, seja pela corrupção denunciada neste partido, seja pelas próprias políticas exitosas de inclusão social, que geram resistências ideológicas a estas.

Os partidos políticos têm se distanciado da sociedade e se equivocado na comunicação com os seus representados. E, se a crítica da sociedade é neste momento dirigida ao grupo que governa, a frustração com os partidos políticos parece produzir desafeto com a política institucional. Tal fenômeno é revelado pela perda de confiança

⁷ Conforme BRUM, Eliane. “A mais maldita das heranças do PT”. *El País Brasil*, 16/03/2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/16/opinion/1426515080_777708.html. Acesso em 01 de junho de 2015.

nas instituições representativas e na própria classe política. Em um contexto de crise de representatividade e de piora dos indicadores econômicos, podem emergir lideranças *outsiders*, com discursos mais radicalizados à Direita, prometendo mais “eficácia e ética” na gestão pública e organizando a opinião pública por fora das instituições partidárias. Embora afirmem aceitar os procedimentos democráticos, devido à ambiguidade destes manifestantes em acolher a democracia, um político com características desta envergadura pode encontrar apoio neste grupo, que possui pouco engajamento cívico e frágeis vínculos partidários.

Nestes protestos de 2015, a proposta de uma ausência de mediação – a relação virtual entre líderes e os cidadãos –, o predomínio de uma ‘lógica da opinião’ e a criação de uma popularidade acima das estruturas partidárias, põem na agenda política a pauta sobre o que fazer com as organizações partidárias e nos levam a interrogar se uma democracia improvisada somente pelas ruas, baseada na opinião pública e que não reconhece a legitimidade dos resultados das decisões processadas por um maioria em eleições livres e transparentes, é efetivamente uma democracia desejável.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alberto C. Comportamento eleitoral e ideologia. In: **ANAIS DO 25º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 2001, Caxambu/MG.

ALVES, Maria T. G. “Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de surveys”. **Opinião Pública**, v. 6, n. 2, 2000, pp. 187-225.

ANTUNES, Rui J. da S. **Identificação Partidária e Comportamento Eleitoral: factores estruturais, atitudes e mudanças no sentido do voto**. 2008. 508f.. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra.

CARNEIRO, Gabriela P. **A nova maioria: determinantes do apoio político ao neopopulismo na América Latina**. 2009. 157f.. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COIMBRA, Nuno. *Jornal Nacional, democracia e instituições democráticas*. In: Moisés, J. A. (org.) **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Edusp, 2010, pp. 185-216.

CORRAL, Margarita. 2010. Partidos políticos y representación en América Latina, **Perspectivas desde el barómetro de las Américas**, núm. 36.

CRESPO, Ismael; GARRIDO, Antonio. *Outsiders*. In: CRESPO, I.; GARRIDO, A. G. **Elecciones y sistemas electorales presidenciales en América Latina**. Ciudad de México: Editora Porrúa, 2008.

KLINGEMANN, Hans-Dieter; FUCHS, Dieter. (Eds.) **Citizens and the state**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

MATTES, Robert. et. al. *Parties, Elections, Voters and Democracy*. In: GUNTHER, R.; BECK Paul A.; MAGALHÃES, P.; Moreno, A. **Voting in Old and New Democracies**. New York: Routledge, forthcoming August, 2015.

MENEGUELLO, Rachel. *O lugar da corrupção no mapa de referência dos brasileiros: aspectos da relação entre corrupção e democracia*. In: AVRITZER, L.; FILGUEIRAS, F. **Corrupção e sistema político no Brasil**. Civilização Brasileira/Konrad Adenauer, 2011, pp. 63-82.

MUNDIM, Pedro. *Cobertura da imprensa e eleições presidenciais de 2006: efeitos realmente limitados*. In: **RBCS**, v. 29, n. 86.

MOISÉS, José Álvaro. *Political corruption and democracy in contemporary Brazil*. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, v. 1, 2010, pp. 103-123.

MORENO, Alejandro. *Partidarismo e ideologia nos eleitorados latino-americanos*. In: TELLES, H.; LAVAREDA, A. (orgs.) **Voto e Estratégia de Comunicação Política na América Latina**. Curitiba: Appris, 2015, pp. 41-59.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. 2004. A democracia na América Latina, Estados Unidos.

RIBEIRO, R. Janine. 2014. Eleições 2014 – A Quarta Agenda da Democracia Brasileira (Ou: o que 2013 Trouxe). *Interesse Nacional*, abr/jun. 2014.

Disponível em <http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/eleicoes-2014-a-quarta-agenda-da-democracia-brasileira-ou-o-que-2013-trouxe/> Acesso em 01 de junho 2014.

SELIGSON, Mitchell A. *Desafios para la democracia en Latinoamerica y el Caribe: evidencias desde el Barómetro de las Americas 2006 – 7*. Vanderbilt: Vanderbilt University, 2008.

STOKES, Donald E. “Spatial Models of Party Competition”. *American Political Science Review*, n. 57, 1963, pp. 368-377.
TELLES, Helcimara de Souza; FRAIHA, Pedro; LOPES, N. . *Escândalos midiáticos de corrupção e pragmatismo: campanhas e voto para prefeito em Belo Horizonte*. In: Antonio Lavareda; Helcimara Telles. (Org.). **A lógica das eleições municipais**. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016, v. 1, p. 203-248.

TELLES, Helcimara de Souza; SAMPAIO, T. ; Érica Anita Baptista Silva . *Os limites da agenda-setting na popularidade do presidente: consumo de notícias e escolaridade na avaliação do governo Dilma Rousseff (2013)*. **Revista Debates**, v. 9, p. 119-142, 2015.

TELLES, Helcimara.. *Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: o Boom da Direita na Política nacional?* **Revista Interesse Nacional**. Ano 8, número 30 - julho/setembro de 2015. Pp. 37 - 46

TELLES, Helcimara; FRAIHA, Pedro; LOPES, Nayla. *Meios de comunicação, corrupção e redes sociais nas eleições para prefeito no Brasil*. In: FERIN, I.; SERRANO, E. (orgs.) **Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos, enquadramentos legais**. Lisboa: Aletheia, 2014, pp. 421-457.

TELLES, Helcimara; STORNI, Tiago. *Ideologias, atitudes e decisão de voto em eleitores de direita e de esquerda*. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, v. 1, 2011, pp. 87-146.

TORCAL, Mariano; MONTERO, José Ramón; GUNTHER, Richard. *Los sentimientos antipartidistas en el Sur de Europa*. In: MONTERO, J. R.; GUNTHER, R.; LINZ, J. (eds.) **Partidos Políticos: Viejos Conceptos y Nuevos Retos**. Madrid: Trotta, 2007.